

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

244 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 30 de junho a 4 de julho de 2025

1. DEBATE E VOTAÇÃO DE MOÇÃO DE CENSURA À COMISSÃO EUROPEIA	1
2. QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL PÓS-2027	2
As cinco principais questões em torno do próximo Quadro Financeiro Plurianual (QFP) da UE	2
Posição do grupo S&D	3
Política de Coesão no Futuro Quadro Financeiro Plurianual	3
Grupo de trabalho entre a França e a Alemanha	4
3. REINO UNIDO E ALEMANHA - TRATADO BILATERAL DE DEFESA MÚTUA	4
4. NEGOCIAÇÕES COMERCIAIS	5
UE - MERCOSUL	5
UE - EUA	5
5. PRESIDÊNCIA DINAMARQUESA DO CONSELHO DA UE - 2025: PRIORIDADES	6
6. COMISSÃO EUROPEIA - NOVA META CLIMÁTICA PARA 2040	6
7. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	7
Conselho Europeu	7
Parlamento Europeu	7
Comissão Europeia	7
Conselho da UE	7

1. DEBATE E VOTAÇÃO DE MOÇÃO DE CENSURA À COMISSÃO EUROPEIA

No seguimento da **apresentação de uma moção de censura à Comissão Europeia**, o Parlamento Europeu (PE) agendou um debate em sessão plenária para segunda-feira, 7 de julho de 2025, e a **votação nominal da moção para quinta-feira, 10 de julho**. Esta iniciativa foi formalmente comunicada pela Presidente do Parlamento, Roberta Metsola, à Conferência dos Presidentes (órgão que reúne os líderes dos grupos políticos e a Presidente do Parlamento), na quarta-feira, 2 de julho, após verificada a admissibilidade da moção.

A moção de censura apresentada (que pode ser consultada [aqui](#)) conclui que a **Comissão, sob a presidência de Ursula von der Leyen, deixou de merecer a confiança do Parlamento Europeu** no que se refere ao respeito pelos princípios da **transparência, da responsabilidade institucional e da boa governação**. A moção destaca especificamente três elementos considerados graves: a alegada interferência indevida da Comissão em eleições nacionais em Estados-Membros, através de uma aplicação distorcida do Regulamento dos Serviços Digitais (DSA); o uso abusivo do artigo 122.º do TFUE como base jurídica para propor o Regulamento relativo à iniciativa de financiamento da defesa “SAFE”, no valor de 150 mil milhões de euros, em contexto não emergencial; e, em termos mais amplos, uma conduta sistemática de opacidade na gestão de fundos públicos e na comunicação institucional, nomeadamente no contexto da aquisição de vacinas durante a pandemia de COVID-19.

Com base nestes elementos, a moção considera que houve um desrespeito reiterado pelas obrigações de prestação de contas e pelo escrutínio democrático por parte da Comissão, em violação dos Tratados da União. Assim, apela à demissão da Comissão Europeia na sua totalidade, considerando que as suas ações comprometem a integridade do quadro jurídico da União e minam a confiança dos cidadãos nas instituições europeias. O Parlamento, caso aprove a moção por maioria qualificada nos termos do artigo 234.º do TFUE, comunicará formalmente o seu resultado ao Presidente do Conselho e à Presidente da Comissão.

Nos termos do [artigo 131.º do Regimento do Parlamento Europeu](#), a apresentação de uma moção de censura exige a assinatura de, pelo menos, um décimo dos Deputados (72 membros). A moção em causa foi apresentada pelo deputado romeno Gheorghe Piperea (ECR), invocando como principal motivo as mensagens trocadas em 2021 entre Ursula von der Leyen e o CEO da Pfizer, Albert Bourla, relacionadas com a aquisição de vacinas contra a COVID-19. As mensagens não foram divulgadas, tendo suscitado críticas em matéria de transparência.

Apesar de algumas desistências entre os signatários iniciais, nomeadamente de membros do PPE e do ECR, após pressões internas, a moção manteve o número mínimo de assinaturas necessário para avançar. Para ser aprovada, a moção precisa de uma maioria de dois terços dos votos expressos que represente, simultaneamente, a maioria dos membros que compõem o Parlamento Europeu. Se aprovada, a moção de censura implicaria a demissão coletiva da Comissão Europeia e o lançamento de um novo processo de nomeação de comissários.

Embora a moção tenha escassas hipóteses de ser aprovada — dado que os principais grupos centristas já sinalizaram a intenção de votar contra — a sua apresentação reflete tensões políticas crescentes. Esta é a primeira vez desde 2014 que um(a) Presidente da Comissão Europeia é confrontado(a) com uma moção de censura no Parlamento. A situação, apesar de não ter efeitos institucionais imediatos previstos, reveste-se de relevância política no contexto da nova legislatura.

Fontes úteis: [Serviço de Pesquisa do Parlamento Europeu – Competências do Parlamento Europeu: Moção de censura \(12/09/2024\)](#)

2. QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL PÓS-2027

Tal como demos nota na Síntese n.º [242](#), a Comissão Europeia apresentará a 16 de julho a sua **proposta para o Quadro Financeiro Plurianual pós-2027**, num contexto em que alguns Estados-Membros começam a clarificar posições. A Dinamarca, através do seu embaixador junto da UE, Carsten Grønbech-Jensen, afirmou a 18 de junho que não se oporá a um aumento do orçamento nem à emissão de dívida comum durante a sua Presidência do Conselho da UE, que se iniciou a 1 de julho de 2025. Esta posição reflete o afastamento do grupo dos “frugais”, confirmado por declarações anteriores da Primeira-Ministra Mette Frederiksen. O foco da atual Presidência dinamarquesa será na estrutura interna do orçamento, e não nos montantes globais.

Entretanto, o Instituto Bruegel propôs uma nova [receita própria da UE](#), baseada numa “contribuição por défice de despesas de defesa”, a aplicar aos Estados-Membros que invistam abaixo da média da UE ou de limiares como os 2% do PIB definidos pela NATO. O objetivo é reforçar o orçamento da UE e promover maior equilíbrio no esforço europeu em matéria de defesa. O Partido Popular Europeu (PPE) publicou também um [position paper](#) com as suas prioridades para a negociação do QFP.

Esta semana, registaram-se mais desenvolvimentos políticos de que importa dar nota.

As cinco principais questões em torno do próximo Quadro Financeiro Plurianual (QFP) da UE

O *Euractiv* apresenta uma análise das [cinco principais questões](#) que, para este jornal de referência, marcarão as negociações (disponível [aqui](#)) e que identificamos de seguida. Considera-se que as negociações do próximo QFP serão caracterizadas por disputas sobre o volume de financiamento disponível, a reconfiguração de políticas tradicionais, a criação de novos instrumentos estratégicos, a gestão da flexibilidade orçamental e o equilíbrio de poderes entre instituições.

1. Montante global do orçamento

Com os reembolsos do fundo de recuperação da pandemia a partir de 2028 (cerca de 30 mil milhões de euros por ano), a pressão sobre o orçamento aumentará significativamente. Países com défices elevados enfrentam dificuldades acrescidas e posições divergentes já emergem: França e Espanha defendem um aumento substancial do QFP, enquanto a Alemanha recusa qualquer crescimento do envelope global. A introdução de novas fontes próprias de receita da UE (como impostos sobre carbono ou lucros empresariais) está bloqueada no Conselho desde 2023. Sem aumento de receitas, a disputa sobre a redistribuição dos fundos existentes promete ser ainda mais difícil.

2. Política de Coesão: condicionalidade e reorientação estratégica

A Comissão pretende associar os fundos de coesão a reformas estruturais acordadas com Bruxelas, através de parcerias regionais-nacionais, reduzindo assim a autonomia das regiões. Em simultâneo, propõe redirecionar parte destes fundos para prioridades europeias transversais como a defesa e tecnologias estratégicas (inteligência artificial, biotecnologia), rompendo com a lógica tradicional de “*especialização inteligente*”. Tal abordagem poderá comprometer o objetivo central da política de coesão: reduzir as disparidades regionais.

3. Política Agrícola Comum (PAC): cortes e fusão com fundos de coesão

A PAC, que representa ainda cerca de um terço do orçamento, poderá sofrer cortes de 15 a 20% e ver os seus dois pilares (pagamentos diretos e desenvolvimento rural) integrados numa lógica de fundos nacionais de reforma. Essa fusão, fortemente contestada por lobbies agrícolas e por países como França, implicaria uma perda de visibilidade e previsibilidade para os agricultores e aumentaria a tensão política nas negociações ponto a ponto.

4. Fundo de Competitividade Europeu (ECF): a proposta Draghi

Inspirado pelo relatório de Mario Draghi, o ECF reuniria múltiplas rubricas orçamentais ligadas à inovação, indústria e transição digital num único fundo flexível, complementar ao programa Horizonte Europa (que se

manteria formalmente autónomo). Esta centralização preocupa a comunidade científica, que receia a substituição de modelos baseados em mérito e investigação de longo prazo por decisões políticas de curto prazo. Programas atualmente protegidos, como os de saúde e clima, poderão ver os seus fundos diluídos.

5. Flexibilidade e centralização: quem decide?

A Comissão pretende aumentar a flexibilidade dentro do orçamento, com menos rubricas e possibilidade de transferências mais ágeis entre áreas. Esta abordagem incluiria também a redução do ciclo orçamental de sete para cinco anos. Contudo, esta proposta levanta preocupações entre os Estados-Membros e o Parlamento Europeu, que receiam uma concentração excessiva de poder na Comissão e perda de controlo político e democrático sobre a afetação de verbas.

Posição do grupo S&D

O grupo dos Socialistas e Democratas (S&D) no PE apresentou, a 1 de julho de 2025, as suas exigências à Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, no quadro da preparação do próximo Quadro Financeiro Plurianual. O grupo manifestou-se **contra a proposta de criar planos nacionais por Estado-Membro**, defendendo que o Fundo Social Europeu+ (FSE+) deve permanecer *“forte, distinto e autónomo”* e que o futuro QFP deverá ser *“muito mais ambicioso e melhor dotado”*. O S&D **rejeita** a lógica de *“pagamento contra reformas”* e exige que a política de coesão e a Política Agrícola Comum (PAC) não sejam absorvidas por esses planos, mesmo que venham a ser criados.

O grupo sublinha que o FSE+ constitui uma *“condição essencial”* para implementar o Pilar Europeu dos Direitos Sociais e pede o reforço da sua dotação orçamental. O S&D opõe-se ainda à fusão dos objetivos do FSE+ em eventuais planos de parceria regionais ou nacionais, alegando que essa fusão comprometeria a visibilidade e a eficácia do instrumento. Relativamente ao financiamento do novo QFP, defende a criação de novas receitas próprias da UE e o recurso a novo endividamento comum. Em contraste, o Partido Popular Europeu (PPE), na sua nota de posição publicada em junho, admite a emissão de dívida comum apenas se for destinada a políticas com elevado valor acrescentado europeu.

As exigências foram reiteradas numa reunião conjunta do Grupo S&D no Parlamento Europeu e do Grupo do Partido dos Socialistas Europeus (PES) no Comité das Regiões, em Bruxelas. Segundo a Presidente do Grupo S&D, Iratxe García, *“o próximo orçamento de longo prazo da UE não é um exercício técnico; é uma escolha política fundamental sobre o nosso futuro comum”*. Defendeu *“mais recursos, para financiar novas prioridades sem cortar nos programas nucleares da UE”*, sublinhando que *“a competitividade deve ser uma prioridade partilhada, desde que não comprometa a coesão social”*. Rejeitou *“qualquer tentativa de centralizar o poder nas mãos de poucos”* e apelou ao reforço da solidariedade e das parcerias entre as instituições europeias e os níveis regional e local: *“Este é o momento de fortalecer o nosso contrato social.”* Também Luca Menesini, Presidente do Grupo PES, alertou para o risco de recentralização ou renacionalização das políticas de gestão partilhada e afirmou: *“Não aceitaremos planos de parceria nacional ou regional que não prevejam afetação prévia de fundos ao nível regional.”* Para Menesini, *“as reformas são bem-vindas, mas a bússola deve manter-se: melhorar a vida das pessoas, onde quer que vivam.”*

Política de Coesão no Futuro Quadro Financeiro Plurianual

Esta semana, foi apresentado um non-paper sobre o futuro da política de coesão, subscrito por catorze Estados-Membros (BG, CZ, EL, ES, HR, HU, IT, LT, LV, PL, **PT**, RO, SI, SK), e que refere o seguinte:

“Tendo em vista as futuras propostas relativas ao Quadro Financeiro Plurianual (QFP) e no contexto do recente anúncio da Presidente Ursula von der Leyen de que a Política de Coesão terá um lugar central no próximo orçamento, e valorizando igualmente a garantia expressa na carta de missão do Comissário Piotr Serafin de que a

Comissão consultará amplamente e colaborará estreitamente com o Conselho ao longo das negociações, afirmamos a nossa posição comum:

Acreditamos que apenas um orçamento específico e robusto, com uma metodologia de afetação baseada nas regiões e refletindo os diferentes níveis de desenvolvimento regional, juntamente com legislação própria e autónoma dedicada à Política de Coesão, poderá garantir que o próximo QFP assegure a unidade, a competitividade e a convergência a longo prazo entre as regiões da União Europeia.

Recordamos ainda as mensagens expressas no nosso documento informal conjunto “Uma Política de Coesão Forte para o Crescimento, a Convergência e a Competitividade” (de fevereiro de 2025).”

Além disso, importa dar nota de que, em 25 de junho de 2025, **representantes de 149 regiões de 20 Estados-Membros dirigiram uma carta conjunta ([aqui](#)) à Presidente da Comissão Europeia**, Ursula von der Leyen, expressando preocupações quanto ao futuro da Política de Coesão no contexto da proposta iminente para o próximo Quadro Financeiro Plurianual (QFP). As regiões sublinham o seu papel central na aplicação eficaz dos fundos da UE e alertam para o enfraquecimento da confiança pública na integração europeia. Consideram que a Política de Coesão é não só um pilar da integração, mas também essencial para a resiliência económica, social e territorial da União. Reivindicam, por isso, legislação própria para a Política de Coesão, com base nos princípios de abordagem territorial, parceria e subsidiariedade, garantindo a gestão partilhada e a governação multinível com participação direta das regiões.

As regiões pedem um orçamento específico para a Política de Coesão, com alocações indicativas por região baseadas em indicadores socioeconómicos, compatíveis com os objetivos estratégicos da UE e capazes de responder com flexibilidade a novas prioridades. Rejeitam a centralização ao nível dos Estados-Membros e a atribuição discricionária de fundos, por considerarem que tal comprometeria a eficácia e equidade da política e aumentaria as disparidades territoriais.

Grupo de trabalho entre a França e a Alemanha

A França e a Alemanha vão lançar um **grupo de trabalho conjunto sobre o próximo Quadro Financeiro Plurianual (QFP) da União Europeia**, com o objetivo de “*sublinhar os pontos de convergência*” entre os dois países, segundo anunciou o Ministério francês dos Assuntos Europeus em 30 de junho de 2025. O grupo de trabalho será inaugurado durante a visita do ministro francês delegado para a Europa, Benjamin Haddad, a Berlim, nos dias 2 e 3 de julho, e contará com representantes dos ministérios dos Negócios Estrangeiros e das Finanças de ambos os países, com o apoio de centros de reflexão como a Fundação Schuman, a Fundação Bertelsmann, o Centro Jacques Delors de Berlim e a Stiftung Wissenschaft und Politik.

Segundo o Ministério francês, França e Alemanha partilham uma mesma prioridade para o próximo QFP: a defesa e a competitividade (cf. posições nacionais: França ([aqui](#)); Alemanha – ([aqui](#))). A iniciativa insere-se na preparação do Conselho de Ministros franco-alemão, previsto para o final do verão em França, onde será debatido o futuro orçamento da UE. Benjamin Haddad deverá abordar a questão das novas receitas próprias (NRP), cuja adoção já tinha considerado “indispensável” durante a conferência anual sobre o orçamento da UE organizada pela Comissão em maio.

3. REINO UNIDO E ALEMANHA - TRATADO BILATERAL DE DEFESA MÚTUA

O Reino Unido e a Alemanha estão prestes a assinar um tratado bilateral de grande alcance que incluirá uma **cláusula de assistência mútua em caso de ameaça estratégica** a qualquer uma das partes, segundo fontes envolvidas nas negociações. A assinatura está prevista para 17 de julho de 2025, antes da pausa parlamentar de verão. A base política do pacto foi lançada no verão passado por Keir Starmer e o então chanceler Olaf Scholz, através de uma declaração conjunta sobre cooperação em paz, segurança e crescimento

económico. O tratado desenvolve ainda o [Trinity House Agreement](#), estipulando que uma ameaça estratégica a um dos países será considerada uma ameaça ao outro, o que dotaria a Alemanha de cláusulas de proteção mútua com ambas as potências nucleares europeias — França e Reino Unido — alinhando-se com os esforços do atual chanceler Friedrich Merz para reforçar a autonomia europeia em matéria de dissuasão, num contexto de retração dos EUA na NATO.

Além da vertente de defesa, o tratado incluirá disposições sobre migração ilegal, transportes, investigação e inovação, bem como um compromisso de promover intercâmbios transfronteiriços. No total, o tratado é o resultado de 18 rondas de negociações, incluindo sessões presenciais em Berlim e Londres.

4. NEGOCIAÇÕES COMERCIAIS

UE - MERCOSUL

O think-tank do PE publicou esta semana um **estudo**, disponível [aqui](#), que analisa as **implicações geopolíticas do Acordo entre a União Europeia e o Mercosul**, com ênfase no seu potencial para reforçar a cooperação inter-regional. Examina de que forma o acordo se alinha com os interesses estratégicos de ambas as regiões, identificando oportunidades concretas, mas mantendo uma perspetiva realista quanto à sua implementação. A análise decorre num contexto geopolítico volátil, marcado pelo revisionismo estratégico dos EUA, pela crescente assertividade da China e da Rússia, e pelo declínio relativo da Europa e da América Latina em termos económicos e de influência na governação global. O estudo conclui com a avaliação de diferentes cenários de ratificação e a apresentação de **recomendações políticas** para aumentar a viabilidade e o impacto do Acordo.

O estudo recomenda privilegiar soluções pragmáticas, incentivos económicos e mecanismos de governação flexível, com foco em redes transgovernamentais, em vez de estruturas formais pesadas. Defende também que se aproveite a complementaridade entre os blocos no combate ao narcotráfico e ao crime organizado, onde há interesse partilhado e potencial para cooperação prática, mais do que para contenção geopolítica clássica.

Para aumentar a viabilidade política do Acordo, os autores sugerem **reforçar coligações entre atores que possam beneficiar** (como exportadores agrícolas no Mercosul ou setores industriais na UE), contornar agendas controversas e usar redes de conhecimento e sociedade civil para garantir continuidade intergovernamental, mesmo perante mudanças políticas. Sublinha-se ainda que o Acordo deve ser apresentado como **alternativa credível aos desafios colocados por China e EUA**, capaz de garantir autonomia estratégica para ambas as regiões. Por fim, recomenda-se contenção nas expectativas quanto ao papel da Comissão Parlamentar Conjunta, defendendo-se um envolvimento direto com parlamentos nacionais como via mais eficaz.

Recorde-se que a proposta de assinatura do acordo comercial entre a UE e o Mercosul continua **pendente** no Conselho da União Europeia, apesar de a Comissão Europeia ter inicialmente previsto o envio dos textos jurídicos até 30 de junho. Fontes da Comissão indicaram que estavam ainda a “finalizar ajustes” técnicos, o que atrasou a publicação.

UE - EUA

A Comissão Europeia está a negociar intensamente com os Estados Unidos para **alcançar um acordo político preliminar antes de 8 de julho**, prazo definido pelo Presidente Donald Trump para a imposição de tarifas recíprocas de até 50% caso não haja progresso. O Comissário Europeu para o Comércio, Maroš Šefčovič, desloca-se a Washington esta semana para uma ronda decisiva de negociações com o Representante Comercial dos EUA, Jamieson Greer. O objetivo da UE é **assegurar um compromisso imediato de alívio tarifário por parte dos EUA** — à semelhança do acordo obtido pelo Reino Unido —, em troca da aceitação de uma tarifa base de 10% imposta em abril sobre a generalidade dos parceiros comerciais dos EUA.

A Comissão Europeia pretende, adicionalmente, negociar tarifas reduzidas para setores estratégicos como produtos farmacêuticos, semicondutores, bebidas alcoólicas e aviação comercial — uma exigência apoiada pelo Chanceler alemão Friedrich Merz —, embora reconheça que essas concessões são pouco prováveis. Bruxelas tenta ainda obter reduções nas tarifas unilaterais já em vigor de 25% sobre automóveis e 50% sobre aço e alumínio. Os Estados-Membros da UE têm manifestado apoio político à Comissão, com países como Alemanha e Itália a favorecerem um acordo rápido, mesmo com concessões, enquanto outros, como Espanha, enfrentam já retaliações por parte de Trump. Um entendimento parcial poderá adiar retaliações europeias — atualmente suspensas até 14 de julho — e lançar as bases para um acordo mais abrangente.

Cenários em consideração pela UE:

1. **Colapso total das negociações** – Os EUA aumentam a tarifa base de 10% para 50% e aplicam novas tarifas a setores como farmacêuticos e semicondutores.
2. **Negociações prolongadas durante o verão** – Mantêm-se as tarifas atuais enquanto se prossegue o diálogo.
3. **Acordo em princípio** – Permite adiar retaliações e manter as negociações abertas, com concessões limitadas.
4. **Acordo-quadro completo** – Inclui gestão tarifária e cooperação estratégica contra a sobreprodução chinesa, embora com aceitação de algumas medidas unilaterais dos EUA.

A Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, declarou que a UE pretende alcançar até 9 de julho **um acordo comercial “em princípio”** com os Estados Unidos, semelhante ao recentemente concluído entre o Reino Unido e Washington. Reconhecendo que um acordo detalhado é impossível no prazo disponível, devido à complexidade das relações comerciais UE-EUA, von der Leyen sublinhou que o objetivo é estabelecer um quadro político que evite a imposição de tarifas recíprocas de 50%, ameaçadas pelo Presidente Trump.

5. PRESIDÊNCIA DINAMARQUESA DO CONSELHO DA UE - 2025: PRIORIDADES

Demos nota, nas Sínteses anteriores, do programa ([aqui](#)) e das prioridades ([aqui](#)) da Presidência dinamarquesa do Conselho da UE, que se iniciou a 1 de julho de 2025 (<https://danish-presidency.consilium.europa.eu/en/>).

O think tank do PE publicou esta semana dois trabalhos adicionais sobre esta matéria:

- um **dedicado ao papel do Parlamento dinamarquês nos assuntos europeus** ([aqui](#)), que é tido como um dos sistemas mais sofisticados de escrutínio parlamentar;
- outro, com a **antecipação dos principais dossiês em negociação durante esta Presidência**, disponível [aqui](#), onde se perspetivam as prioridades políticas e legislativas deste semestre.

6. COMISSÃO EUROPEIA - NOVA META CLIMÁTICA PARA 2040

A Comissão Europeia propôs uma revisão da Lei Europeia em matéria de Clima, estabelecendo uma nova meta de **redução de 90% das emissões líquidas de gases com efeito de estufa até 2040**, face aos níveis de 1990. Esta proposta dá seguimento ao compromisso legal de alcançar a neutralidade climática até 2050 e baseia-se no objetivo já em vigor de reduzir as emissões em 55% até 2030 (detalhe [aqui](#)). A proposta introduz maior flexibilidade na aplicação dos instrumentos legislativos, incluindo a possibilidade de compensações entre setores e uso limitado de créditos internacionais de elevada qualidade a partir de 2036. Segundo Ursula von der Leyen, “o objetivo é claro, a viagem é pragmática e realista” ([fonte](#)).

A meta de 2040 é apoiada por um conjunto de medidas complementares no âmbito do [Pacto da Indústria Limpa](#) e da [estratégia para energia a preços acessíveis](#), com destaque para a flexibilização do [Mecanismo de Ajustamento Carbónico Fronteiriço \(MACF\)](#), novos incentivos fiscais à descarbonização industrial e o apoio ao investimento em tecnologias limpas. A Comissão considera esta abordagem essencial para garantir uma transição justa e competitiva, sem deixar ninguém para trás. “Estamos a escolher ambas: a economia e a agenda verde”, afirmou Teresa Ribera ([fonte](#)). Do ponto de vista externo, a proposta visa também reforçar a credibilidade da UE na aplicação do [Acordo de Paris](#) e contribuir para o processo em curso na preparação da [COP30 em Belém](#). A meta dos 90% funcionará como referência para o quadro político pós-2030 e para a futura contribuição determinada a nível nacional (CDN) da UE. A proposta será agora debatida pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho no âmbito do processo legislativo ordinário. Para Wopke Hoekstra, Comissário responsável pelo Clima, a nova meta “dá à indústria e aos Estados-Membros uma orientação clara e apoia os seus planos de investimento” ([fonte](#)).

7. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Conselho Europeu

A agenda do Presidente desta instituição, António Costa, está disponível [aqui](#).

Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada à sessão plenária do PE, em Estrasburgo. Principais [destaques](#):

- [Debate sobre prioridades da Presidência dinamarquesa do Conselho da UE](#)
- [Debate e votação de moção de censura à Comissão Europeia](#)
- [Parlamento analisa conclusões do Conselho Europeu de junho e prepara cimeira UE-China](#)
- [Situação no Médio Oriente](#)
- [Orçamento de longo prazo da UE pós-2027](#)
- [Nova meta climática da UE para 2040: Parlamento Europeu debate proposta da Comissão](#)
- [Debate sobre as relações comerciais UE-EUA](#)

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) terá lugar a [8 de julho](#), destacando-se o **Relatório Anual sobre o Estado de Direito de 2025**, o **Pacote sobre produtos químicos** (Plano de ação para a indústria química da UE e Sexto pacote omnibus sobre produtos químicos (parte 1), a **Estratégia de armazenamento da UE**, e a **Estratégia de apoio às contramedidas médicas contra ameaças à saúde pública**.

Conselho da UE

O [calendário](#) completo está disponível, estando previstas as seguintes reuniões: 7 de julho - [Eurogrupo](#) e [Reunião informal dos ministros do Emprego](#); 8 de julho - [Conselho ECOFIN](#); 10/11 de julho - [Reunião informal dos ministros do Ambiente](#).

Copenhaga | 4 de julho de 2025

Para mais informações: [Bruno Dias Pinheiro](#), Representante Permanente da AR junto da UE.

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).